

00145-2002-099-03-00-7 RO

Data de Publicação: 13-11-2002
Órgão Julgador: Primeira Turma
Tema: SINDICATO - CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL
Relator: Márcio Flávio Salem Vidigal
Revisor: Maria Laura Franco Lima de Faria

EMENTA: AÇÃO CIVIL PÚBLICA - NULIDADE DE CLÁUSULA CONVENCIONAL QUE ESTIPULA CONTRIBUIÇÃO SINDICAL PARA NÃO ASSOCIADOS. É nula a cláusula convencional que estipula a cobrança de contribuição assistencial de empregados não associados ao sindicato representante da categoria profissional, por representar flagrante violação ao princípio da liberdade de associação, consagrado no art. 5o., XX, e no art. 8o., V, da CF/88. Não é outro o entendimento do TST, consubstanciado na Orientação Jurisprudencial 17 e no Precedente Normativo 119, ambos da Seção de Dissídios Coletivos, sendo certo que também o Supremo Tribunal Federal já se manifestou recentemente sobre o tema, e nesse mesmo sentido, ao julgar o AGRAG-351.764/MA, publicado no DJ de 02/02/2002.

Processo	00250-2006-017-03-00-9 RO		Ver Teor	Ver Andamento	Ver Sentença
Data de Publicação	23/06/2007	DJMG	Página: 11		
Órgão Julgador	Quarta Turma				
Relator	Luiz Otávio Linhares Renault				
Revisor	Emerson José Alves Lage				
Tema	AÇÃO CIVIL PÚBLICA - MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO				

EMENTA - AÇÃO CIVIL PÚBLICA - MINISTÉRIO PÚBLICO - LEGITIMIDADE -
O Ministério Público do Trabalho possui legitimidade para o ajuizamento de Ação Civil Pública, à luz do que dispõem os artigos 127, *caput*, e 129, inciso III, da Constituição da República - ambos self-executing - combinados com o art. 83, inciso IV, da Lei Complementar n. 75/83. A tendência atual do Direito é de valorizar, prestigiar e ampliar a atuação do MP como órgão agente e não restringi-la, mormente na esfera dos direitos difusos e coletivos, impregnados de interesses sociais e individuais indisponíveis. **A previsão constitucional de reconhecimento das convenções e dos acordos coletivos de trabalho, insere no art. 7o., inciso XXVI, não pode ser interpretada no acanhamento de sua literalidade, como se fosse apenas uma espécie de carta branca aos seus destinatários -**

sindicatos e empresa(s). Além de outros princípios, os direitos trabalhistas, por razões históricas, são perpassados pela indisponibilidade, pela imperatividade, e pelo flexionamento da hierarquização de suas normas, por isso que a sua interpretação tem de ser intensamente lógico-sistemática e teleológica. De conseguinte, a exegese do postulado atinente ao reconhecimento das convenções e dos acordos coletivos pela ordem jurídica, subsume-se a uma axiologia integrativa, aglutinante e contrastante com outros valores de segurança e de justiça insculpidos na Carta Magna. Constituem princípios fundamentais da República Federativa do Brasil a dignidade da pessoa humana e os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa (art. 1o., incisos III e IV), sendo certo que a célula *mater* do art. 7o. decorre de seu *caput* - direitos constitucionais pétreos alinhados nos diversos incisos - além de outros que visem à melhoria da condição social dos trabalhadores urbanos e rurais. Por conseguinte, o art. 7o., inciso XXVI, da CF, não podendo ser invocado para legitimar toda e qualquer cláusula de acordo ou convenção coletiva de trabalho, que, com a roupagem da flexibilização, seja lesiva aos interesses sociais e individuais indisponíveis dos empregados, uma vez que a lei encerra o conteúdo mínimo do contrato de trabalho, que, embora ainda seja um complexo voluntário-normativo (a expressão é de J.M. Catharino), possui a dimensão de tutela superior à dimensão de contrato (autonomia da vontade individual ou coletiva). Conforme Carlos Maxiliano: "As prescrições de ordem pública, em ordenando ou vedando, colimam um objetivo: estabelecer e salvaguardar o equilíbrio social. Por isso, tomadas em conjunto, enfeixam a íntegra das condições desse equilíbrio, o que não poderia acontecer se todos os elementos do mesmo não estivessem reunidos. Atingido aquele escopo, nada se deve aditar nem suprimir. Todo acréscimo seria inútil; toda restrição, prejudicial. Logo é caso de exegese estrita. Não há margem para interpretação extensiva, e muito menos para analogia".

Processo	00083-2007-054-03-00-7 RO	Ver	Ver	Ver
		Teor	Andamento	Sentença

Data de Publicação	01/03/2008	DJMG	Página: 14
Órgão Julgador	Quarta Turma		
Relator	Convocada Maria Cristina Diniz Caixeta		
Revisor	Convocado Antônio Carlos Rodrigues Filho		
Tema	CLÁUSULA COLETIVA - VALIDADE		

EMENTA: AÇÃO CIVIL PÚBLICA. CLÁUSULA CONVENCIONAL PROIBITIVA DA ASSINALAÇÃO DO REGISTRO MECÂNICO DE PONTO. INCOMPATIBILIDADE EVIDENTE COM A LEGISLAÇÃO TRABALHISTA. AFRONTA ÀS GARANTIAS MÍNIMAS ESTABELECIDAS NA NORMA CONSOLIDADA - O reconhecimento constitucional das convenções coletivas de trabalho tem limites no art. 8º, inciso III da Magna Carta, cabendo ao respectivo sindicato a defesa dos direitos e interesses coletivos e individuais da categoria que representa. Mas quando o órgão representativo obreiro subscreve as Convenções Coletivas que mitigam direitos de sua própria categoria, sem contrapartida evidente nos mesmos instrumentos, razoável concluir pelo descumprimento da própria missão que constitucionalmente lhe foi conferida. Incompatível com a legislação trabalhista a cláusula, reiteradamente vigente, proibitiva da assinalação do registro mecânico de ponto pelos empregados ocupantes de cargos hierarquicamente inferiores aos de gerente, em última análise em detrimento dos interesses da própria classe representada, merece decote o excesso. A liberdade sindical para formalizar convenção ou acordo coletivo em nome da respectiva categoria não se trata de um direito absoluto, posto que deverá ser exercido dentro dos limites dos interesses daquela, motivo primordial da impossível invocação do artigo 7º, inciso XXVI, também da Constituição Federal, como forma de legitimação de toda e qualquer cláusula de acordo ou convenção coletiva de trabalho que, sob roupagem da flexibilização, seja lesiva aos interesses sociais e individuais indisponíveis dos empregados. Nesse norte se situa a solução da quaestio, porque indubiosamente o reconhecimento das convenções e acordos coletivos de trabalho não pode ser utilizado como mecanismo prejudicial àqueles que objetiva proteger.

Processo	00607-2002-055-03-00-1 RO		Ver Inteiro Teor	Ver Andamento	Ver Sentença
Data de Publicação	21/06/2010	DEJT	Página: 205		
Órgão Julgador	Sexta Turma				
Relator	Convocado Paulo Maurício Ribeiro Pires				
Revisor	Convocado José Marlon de Freitas				
Tema	TUTELA INIBITÓRIA - CABIMENTO				

EMENTA: AÇÃO CIVIL PÚBLICA - TUTELA INIBITÓRIA - NULIDADE DE CLÁUSULAS DE CONVENÇÃO COLETIVA - Foi declarada a nulidade da cláusula coletiva que instituía cobrança de taxa para que o Sindicato homologasse rescisões contratuais, assim como a cláusula que cobrava contribuição assistencial de não associados. Agora, **a pretensão do MPT é impor obrigação de não fazer aos Sindicatos, para que não incluam cláusulas semelhantes em futuros ACT's ou CCT's, o que deve ser acolhido. Trata-se de tutela preventiva, inibitória, que visa a impedir que a conduta censurada volte a se repetir. Não seria razoável exigir que se ajuizasse nova ação judicial cada vez que houvesse uma CCT ou ACT com cláusula de conteúdo semelhante.** Ora, se já existe a proibição no ordenamento jurídico, **as obrigações de não fazer ora impostas nada mais são do que a determinação para que sejam cumpridos tais preceitos constitucionais** (art. 5º, XX, e 8º, V) e/ou legais (art. 477/CLT). Acolher tais pedidos significa dar azo aos princípios da celeridade e economia processuais, além da efetividade da jurisdição.